

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.659 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2003



João de Araújo

Senado estará pronto para votar reformas já em abril, diz Sarney

Em 30 dias, a pauta da Casa deverá estar completamente limpa para que seja iniciada a discussão das reformas tributária, previdenciária e política. É a meta do presidente José Sarney

PÁGINA 3

Plenário discute normas para a agricultura orgânica

PÁGINA 3

Conselho de Ética decide se investiga escuta ilegal

Na primeira reunião deste ano, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar vai eleger amanhã seu presidente e analisar o pedido de investigação envolvendo escuta telefônica ilegal na Bahia.

PÁGINA 2



Gerardo Magela

Ramez Tebet preside a CAE, que tem reunião amanhã com seis itens na pauta

CAE analisa divulgação do seguro obrigatório

PÁGINA 4



LUIZ OTÁVIO PEDE APROVAÇÃO DO ESTATUTO DOS GARIMPEIROS

Luiz Otávio pediu à Câmara dos Deputados que aprove o Estatuto dos Garimpeiros, observando que o projeto é de largo alcance social e foi aprovado pelo Senado em 1997. Para Luiz Otávio, é dever do legislador regulamentar atividades como a do garimpo, “uma das mais antigas de todas”. A aprovação da proposta, diz o senador, vai contribuir para o “desarmamento dos espíritos”.

PÁGINA 4

Crivella cobra investimentos federais no estado do Rio

PÁGINA 8

Conselho elege amanhã o presidente e decide se investiga escuta telefônica

PMDB indicou Juvêncio da Fonseca para permanecer à frente do colegiado, cujos membros titulares e suplentes foram eleitos pelo Plenário na última quinta-feira

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal deve instalar amanhã, às 17h30, os trabalhos deste ano e eleger seu presidente e vice-presidente. O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), atual presidente, foi indicado pelo seu partido, que tem a maior bancada na Casa, para permanecer no cargo. O nome escolhido para ocupar a vice-presidência ainda não foi anunciado.

Em sua primeira reunião, o Conselho de Ética também deverá analisar a necessidade de abertura de um processo de investigação sobre o suposto envolvi-

mento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no caso das escutas telefônicas ilegais na Bahia. A informação foi dada à imprensa pelo presidente Juvêncio da Fonseca.

Na última quinta-feira, o Plenário elegeu os 15 senadores titulares e os 12 suplentes do Conselho de Ética. A chapa única, que recebeu 44 votos favoráveis e teve uma abstenção, foi constituída a partir das indicações dos líderes partidários. O corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), também participa das deliberações do conselho, com direito a voz e voto.



Célio Azevedo

Juvêncio dirige há dois anos órgão que zela pela dignidade do mandato parlamentar

Comissão examina novas indicações de embaixador

Em reunião marcada para amanhã, às 17h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprecia a escolha de três novos embaixadores. Foram indicados pelo presidente da República os diplomatas Antonino Lisboa Mena Gonçalves, para a Bolívia; Kywal de Oliveira, para Timor-Leste; e Sérgio Silva Amaral, para a França.

Antes da votação dos pareceres, em sessão secreta, os três diplomatas serão sabatinados pelos senadores da comissão. A deliberação final sobre as mensagens de indicação cabe ao Plenário do Senado.



José Cruz

Romeiro Jucá disse que programa levou a telemática às escolas públicas

Jucá elogia legado de FHC contra a exclusão digital

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a política adotada pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para a inclusão de estudantes da rede pública na era digital. Segundo o parlamentar, iniciativas como o TV Escola e o Programa Nacional de Informática na Educação (Pro-Info) beneficiaram milhões de alunos em todo o país.

Ele destacou que esses e outros programas de educação a distância foram idealizados e executados pelo ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza.

De acordo com o senador, a TV Escola foi responsável pela instalação de mais de 57 mil kits, compostos de antena parabólica, televisor e videocassete. Esses kits servem para recepção e gravação de programas gerados pelo Ministério da Educação, em parceria com TVs educativas e universidades, atendendo a mais de 28 milhões de alunos, ou 85%

da rede pública.

Romeiro Jucá explicou que o ProInfo serve para introduzir a telemática – informática combinada com as telecomunicações – no ensino público. O programa é uma parceria entre o governo federal e os sistemas estaduais e municipais de educação. Segundo o senador, o sucesso do ProInfo está na valorização do elemento humano.

– A capacitação dos professores e técnicos especializados os transformam em multiplicadores para seus colegas – afirmou Jucá.

Para o parlamentar, o acesso à tecnologia, disponível aos brasileiros das classes média e alta, pode representar elemento de exclusão que os diferencia dos brasileiros das camadas mais humildes. Romero Jucá ressaltou que o termo “exclusão social” é um problema a ser combatido por meio de políticas públicas de educação como essas.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2003

Presidente
José Sarney
13h – Almoço no Itamaraty em homenagem ao primeiro-ministro da Malásia, Mahathir Mohamed
16h – Recebe o presidente da Embraer, Maurício Novis Botelho

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

11h – Conselho de Comunicação Social
Pauta: leitura de expedientes recebidos
14h – Exposição do secretário de Serviços de Radiodifusão, do Ministério das Comunicações
16h – Comunicações dos conselheiros. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: MP nº 84/02, abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 10 milhões, para os fins que especifica; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 72/99, altera a Constituição para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso; Requerimento nº 67/03, da CCJ, solicitando o sobrestamento do PLS nº 565/99, a fim de aguardar o pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre o PLS nº 22/96; entre outros.

Quarta-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: discussão em turno único, em regime de urgência, dos PRs nº 1/03, altera a Resolução nº 66/02 para incluir o item “Despesas Gerais” nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canada (EDC) e retificar a definição de “Amortização” no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas e o Bank Leumi I-Isreal B.M.; e 6/03, autoriza o Brasil a contratar a operação de crédito externo com o Bird; votação, em segundo turno, da PEC nº 16/02, altera o inciso I do artigo 159 da Constituição; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 72/99, altera a Constituição para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional; PLC nº 14/02, dispõe sobre a agricultura orgânica, altera dispositivos da Lei nº 7.802/89; entre outros.

Quinta-feira
10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 2/02, altera o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição (destinação do salário-educação); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 72/99, para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso; PLC nº 34/02, proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes; entre outros.

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Certificação ambiental poderá definir licitações

O poder público poderá ser obrigado a dar preferência nas licitações, quando houver igualdade de condições entre os concorrentes, a produto com certificação ambiental. Projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) acrescenta esse critério como forma de desempate das licitações públicas.



Osmar Dias, autor do projeto: selo verde serve como propaganda

“Essa proposta apresenta as vantagens de não ferir o caráter voluntário dos programas de certificação, não restringir a participação dos interessados na licitação e promover o papel do Estado como indutor da preservação ambiental”, afirma o senador na justificativa do projeto.

Osmar Dias argumenta ainda que o conceito de certificação ambiental ultrapassa a definição de “marca de

conformidade”, concedida ao produto que, após testes, atinge um nível mínimo de qualidade, de acordo com alguma norma vigente, em questões relativas ao seu uso. Entre os aspectos básicos da certificação ambiental está a natureza voluntária e independente, pois é aplicada por terceiros a quem se disponha a integrar o sistema de avaliação. Além disso, continua o senador, o selo verde se transforma em instrumento de propaganda das empresas.

A proposta tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo. Se aprovada na comissão, e não havendo recurso, segue diretamente para a Câmara.

Inadimplência no setor elétrico preocupa Jefferson

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) advertiu que, em breve, o Congresso Nacional deverá ser chamado para enfrentar um problema que ronda o setor elétrico brasileiro: o da inadimplência.

— Vamos contribuir para romper o grande nó setorial, ocorrido há uma década, quando uma parceria Legislativo-Executivo, a toque de caixa, pôs de pé a infra-estrutura legal e regulatória que substituiu o modelo estatal de geração, transmissão e distribuição de energia. Temos a obrigação de ajudar a encaminhar soluções atentando para os erros do passado de forma a não repeti-los no futuro — disse o senador.

Segundo Jefferson, a Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (Anbid) calcula que, somente neste ano, os compromissos financeiros das empresas de geração e distribuição chegarão a R\$ 8 bilhões, metade em moeda estrangeira, sem que se tenha a certeza de quando poderão ser pagos.

Citando a *Revista de Informação Legislativa*, o senador afirma que a crise teve início com a drástica des-

valorização do real, em janeiro de 1999, seguida, dois anos depois, pelo racionamento. Com o empobrecimento geral do consumidor, agravou-se a inadimplência e multiplicaram-se as instalações dos chamados “gatos”, observou. A Light, no Rio, registrou prejuízo de R\$ 640 milhões no ano passado, e a prefeitura de São Paulo deve R\$ 600 milhões à Eletropaulo.

Outro problema apontado por Jefferson é a pesada estrutura de subsídios pagos pelos consumidores comerciais. Segundo ele, a cota de luz tem uma parcela que compreende custos não controlados pela distribuidora, como ICMS, Cofins, PIS e encargos para financiamentos a projetos energéticos alternativos. De acordo com relatório da Comissão Especial do Congresso Nacional, que investigou a crise do setor elétrico, em 2001, esses encargos absorvem 80% do valor da cota.

Na opinião do senador, a ação do governo federal, inicialmente, deve incidir na discussão ampla e transparente de critérios de reajustes das tarifas à realidade de uma economia que paga salários em real e não em dólar.



Para Jefferson, Congresso deve apresentar soluções

Senado estará pronto para votar reformas em 30 dias

Objetivo do presidente José Sarney é limpar a pauta para começar debates sobre projetos tributário, previdenciário e político

O Senado acaba de fechar uma semana de trabalho excepcionalmente produtiva, registrando em apenas um dia, a última quinta-feira, a votação de 58 matérias, com destaque para a Medida Provisória (MP) do refinanciamento aos pequenos produtores rurais, que vinha trancando a pauta. Agora, a Casa prepara-se para, seguindo orientação do presidente, José Sarney, em 30 dias estar com a pauta limpa, ou seja, em condições de iniciar logo o debate dos projetos das reformas tributária, previdenciária e política.

— O objetivo do presidente Sarney é estar com a pauta completamente limpa, pronta para os debates das reformas, até meados de abril — informou o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva.

De acordo com Carreiro, a última quinta-feira foi “um dos dias



José Sarney decidiu reservar as sessões de quintas-feiras, agora à tarde, para debates com ministros

mais proveitosos que tivemos após entrar em vigor a Constituição de 1988: pela relevância e diversidade dos assuntos apreciados; volume de trabalho (pois foi uma das sessões em que mais se votou na Casa); e elevado quorum, com apenas três ausências (uma por doença, e duas por missão no estado)”.

Agricultura orgânica entra em discussão

No momento em que o governo decide manter a proibição de que se produzam transgênicos no país, o Senado vota na próxima quarta-feira projeto destinado a normatizar a agricultura orgânica, que utiliza recursos naturais e protege o meio ambiente. O texto conceitua o sistema orgânico de produção, estabelece condições para se emitir certificação de produtos dessa agricultura e disciplina suas condições de processamento.

Oriundo da Câmara, o projeto recebeu na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), com a seguinte emenda de sua autoria: “Poderão ser empregados na agricultura orgânica extratos vegetais elaborados a partir de plantas não transgênicas e oriundas de sistemas orgânicos de produção, bem como produtos de origem mineral, desde que estes não sejam obtidos por processos de transformação química”.

A votação desse projeto e de toda a pauta que aguarda deliberação no Plenário depende de decisão, amanhã, sobre a Medida Provisória nº 84/02, que abriu crédito extraordinário de R\$ 10 milhões



Plenário deve discutir esta semana três propostas de emenda à Constituição, uma delas tratando da votação dos vetos presidenciais

em favor do Ministério da Integração Nacional. O dinheiro foi aplicado em ações emergenciais de defesa civil, no Rio de Janeiro, especialmente em Angra dos Reis, atingida, em dezembro passado, por chuvas que provocaram inundações, desmoronamentos e perda de vidas humanas, vitimando centenas de famílias.

Também amanhã o Senado inicia, em primeiro turno, a discussão de proposta de emenda à Constituição (PEC) definindo que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso. A principal justificativa da proposta é a lentidão com que o Congresso examina os vetos, o que gera um

Estavam na pauta a proposta de emenda à Constituição que inclui o direito à alimentação entre os itens constitucionalmente garantidos ao cidadão, e a que dispõe sobre as votações secretas na Casa, indicações de embaixadores e autoridades. Com a votação da MP sobre crédito rural, foi possível também aprovar a nova composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

O secretário-geral informou também que, atendendo à prioridade para discussão das reformas, o presidente José Sarney decidiu, ouvindo as lideranças e demais membros da Mesa, reservar as sessões das quintas-feiras (agora à tarde) a debates com os ministros de Estado das respectivas áreas. O primeiro a comparecer será Ricardo Berzoini, que vem falar sobre a reforma da Previdência no dia 20, às 14h30.

elevado volume de matérias sem deliberação, em prejuízo da imagem do Legislativo.

Na quarta-feira, em regime de urgência, o Senado decide se autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo de US\$ 505 milhões com o Banco Mundial. No mesmo dia, em segundo turno, vota PEC do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que destina 0,5% da arrecadação dos Impostos de Renda e do IPI para aplicação nas instituições federais de ensino superior da Amazônia Legal.

Quinta-feira, o Plenário realiza a primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que estende o salário-educação para a educação infantil.

Divulgação sobre o DPVAT pode se tornar obrigatória

Outros cinco itens estão na pauta da CAE, inclusive proposta que aumenta o controle sobre empréstimos de estados, Distrito Federal e municípios

Um projeto que determina a divulgação de informações relativas ao pagamento da indenização a vítimas de acidentes de trânsito pelo Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) tem voto favorável do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria está na pauta da comissão para amanhã, ao lado de outros cinco itens.



Presidida por Ramez Tebet (D), Comissão de Assuntos Econômicos reúne-se amanhã

A proposição, de autoria do deputado Professor Luizinho (PT-SP), determina que a divulgação se fará por meio da inclusão, no boletim de ocorrência de acidente de trânsito com vítima, das seguintes informações, pelo menos: relação dos documentos que deverão acompanhar o pedido de indenização; indicação dos prazos para apresentação do pedido e para recebimento da indenização; e indicação dos locais onde poderá ser requerida a indenização.

Jucá também apresentou voto favorável a projeto de resolução do senador Amir Lando (PMDB-RO) que obriga estados, Distrito Federal e municípios a encaminhar semestralmente à CAE informações sobre

o emprego de recursos obtidos por meio da Resolução nº 43 do Senado. A resolução define limites e condições para operações de crédito.

Já o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) manifestou-se favoravelmente a duas das sete emendas ao projeto do seguro-garantia, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), e consolidou-as em uma subemenda substitutiva.

O projeto do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que obriga a aplicação de pelo menos 22% dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em financiamentos de projetos de agro-indústria recebeu voto pela rejeição, apresentado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). O relator argu-

menta que a matéria é de competência exclusiva do Executivo.

Também é de Álvaro Dias projeto que cria desconto de 30% para professores na compra de livros didáticos. Ao apresentar voto contrário, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) diz que "a medida invade a seara da iniciativa privada".

Por fim, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) apresentou voto contrário à criação do Programa de Financiamento a Profissionais Liberais para recém-formados pelas universidades das regiões Norte e Nordeste. Segundo ele, os objetivos do projeto já estão atendidos pelo Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger).

Luiz Otávio defende Estatuto dos Garimpeiros

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) pediu à Câmara dos Deputados que aprove o mais rápido possível projeto de lei que institui o Estatuto dos Garimpeiros. A proposta, observou o senador, é de largo alcance social, já tendo sido aprovada pelo Senado em 1997.

Para Luiz Otávio, é dever do legislador regulamentar atividades como a de garimpeiro, dando-lhes conformação compatível com o atual estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira e amparando os que nelas buscam sua realização. "A atividade de garimpeiro é uma das mais antigas de todas as que o homem já imaginou", lembrou o senador.

O projeto, que recebeu na Câmara substitutivo do ex-deputado Ger-



Luiz Otávio pede à Câmara que vote o estatuto

son Peres, dá aos garimpeiros, além da segurança de exercer uma atividade reconhecida pelo Estado, todas as garantias sociais indispensáveis à cidadania, explicou o senador. Além disso, notou, a aprovação do projeto será também um passo decisivo para o que classificou de "desarmamento de espíritos" nas áreas mineradoras.

— Um exemplo claro do potencial explosivo da questão das minas no Brasil é o garimpo de Serra Pelada, no município de Curionópolis, no Pará. Nas últimas décadas, esse garimpo tem sido permanente foco de tensões sociais e de

aguçamento do imaginário popular em torno de riquezas faraônicas. Nem por isso se chegou, até hoje, a uma solução pacífica e duradoura para as atividades na região — concluiu.

Legislação priorizou questão patrimonial

Pais rico em recursos minerais, desde cedo o Brasil contou com legislações para a atividade mineradora. A primeira lei, por exemplo, é de 1603. As normas, no entanto, voltavam-se mais para questões patrimoniais, como a propriedade dos recursos e o direito de exploração. A figura do garimpeiro, fundamental para o desenvolvimento do setor no país, quase sempre foi esquecida. Com o Estatuto dos Garimpeiros procura-se definir de vez a atividade, fixando normas para contrato de trabalho, remuneração, organização em cooperativas, identificação profissional e relação com o meio ambiente, entre outros pontos.

Garibaldi pede manutenção de recursos para o Proágua

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) propôs na sexta-feira, em Plenário, que o Senado constitua uma comissão para sensibilizar o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sentido de promover os investimentos previstos no Orçamento de 2003 para o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro (Proágua).

Apesar de concordar com a importância das medidas de austeridade tomadas pela equipe econômica do governo, o senador condenou o corte de verbas para a distribuição de água. Informando que o Proágua é um projeto orçado em US\$ 330 milhões, US\$ 198 milhões dos quais como parte de um empréstimo do Banco Mundial, Garibaldi considerou a iniciativa uma oportunidade única para prover o Nordeste da infra-estrutura capaz de mudar a realidade hídrica da região, permitindo que a sua população conviva melhor com a falta de chuvas.

Garibaldi comunicou que o orçamento proposto para o programa em 2003 é de R\$ 22,1 milhões, com R\$ 19,8 milhões do governo federal e R\$ 2,3 milhões dos estados. Mas, continuou, com o contingenciamento do Orçamento, o total foi reduzido a R\$ 7 milhões.

— Da maneira como está, é Fome



Garibaldi: "Do modo como está, é Fome Zero e Água Zero"

Zero e Água Zero. Esse projeto não pode morrer de inanição. Ele está ameaçado de não ter os recursos necessários para fazer frente ao seu grande desafio. Nunca foi tão importante para a nossa região preservar um programa. Mas, como preservá-lo, se os recursos não existem? — indagou Garibaldi.

O senador alertou que obras financiadas pelo programa estão sendo paralisadas. Como exemplo, citou a adutora Serra de Santana, no Rio Grande do Norte, que corre o risco de não ser concluída. Enquanto vinha sendo implementado, por outro lado, o programa permitiu que a água chegasse a 600 mil pessoas no estado, por meio da construção de mais de mil quilômetros de adutoras.

— O Nordeste já atravessou situações mais críticas que essa, mas não se trata de buscar recursos, convencer o Banco Mundial, e sim apenas continuar o que existe. Esse programa tem prazo para terminar e, se não for prorrogado, poderá comprometer seus objetivos — declarou.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) disse concordar com a prioridade pedida por Garibaldi à questão da água. O senador Efraim Morais (PFL-PB) criticou a falta de investimentos no Proágua devido ao contingenciamento de recursos.

Para Valadares, guerra deve estagnar economia mundial

O líder do PSB, senador Antonio Carlos Valadares (SE), criticou a posição do presidente norte-americano, George W. Bush, de tentar deflagrar um conflito armado contra o Iraque sem a concordância da Organização das Nações Unidas (ONU). Na opinião de Valadares, a economia mundial poderá ficar estagnada, o que trará sérios problemas para o Brasil, inclusive com a redução dos investimentos internacionais.

O senador disse que não se trata de defender o regime totalitário de Saddam Hussein, que precisa, na sua opinião, contribuir



Valadares critica posição do presidente norte-americano

mais com os inspetores da ONU, mas de evitar os prejuízos sociais e econômicos decorrentes da guerra, que será caracterizada por vitimar a população civil.

O pai do atual presidente dos Estados Unidos, George Bush, obteve apoio internacional em 1991, lembrou o senador, porque a Guerra do Golfo visava resgatar o Kuwait da "tresloucada invasão de Saddam Hussein". Hoje, a possibilidade de guerra contra o Iraque está levando o mundo ocidental a retroceder em suas conquistas históricas, afirmou Valadares.

Hélio Costa quer incluir leite em toda a merenda escolar

Cabe à Comissão de Educação (CE) votar, em caráter terminativo, projeto de lei apresentado pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG) determinando que o leite de vaca *in natura* produzido no Brasil seja incluído nos cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) — também conhecido como Merenda Escolar. Dessa forma, ficará a cargo do Ministério da Educação, conforme o projeto, enriquecer a merenda escolar com esse produto.

— O leite de vaca é um dos alimentos mais completos de que dispomos. Possui a maioria dos elementos essenciais em porções maiores que qualquer outro produto. Possui proteínas de alta qualidade, elevado percentual de cálcio, além de outras substâncias bioativas, como enzimas, fatores de crescimento, hormônios e citocinas. Todos esses componentes reforçam a importância do leite de vaca como alimento diário



Hélio Costa: "O leite de vaca é um dos alimentos mais completos"

fundamental. Hélio Costa ressalta que o Pnae, criado há 45 anos, atende a cerca de 37 milhões de estudantes matriculados em escolas públicas e filantrópicas, do pré-escolar ao ensino fundamental. O objetivo fundamental da

merenda escolar, explicou, é suprir pelo menos 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos e, assim, elevar o rendimento escolar e introduzir hábitos alimentares saudáveis.

— O Pnae é um programa de grande magnitude e relevância, especialmente se considerarmos que para muitos alunos a merenda é a única refeição diária. O leite de vaca é um produto fácil de ser encontrado, de baixo custo, versátil, que pode ser utilizado em combinação com diversos outros alimentos. As indiscutíveis qualidades do leite de vaca o credenciam para ser incluído no cardápio diário da merenda escolar — justifica o senador.

João Alberto propõe mais garantia para trabalhador

Projeto de lei apresentado pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA) obriga as empresas a anotarem na carteira de trabalho dos empregados, além do endereço e do nome completo da firma, o número do Cadastro Nacional da



João Alberto defende anotação do número do CNPJ na carteira

Pessoa Jurídica (CNPJ), até recentemente chamado oficialmente de CGC — Cadastro Geral de Contribuintes. Se o empregador for pessoa física, deverá colocar os números da carteira de identidade e do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

João Alberto observa que as anotações na carteira de trabalho representam prova documental importante para os empregados e que, às vezes, elas são o único meio de constatação que eles têm para garantir seus direitos.

— Não raro, empregadores me-

nos escrupulosos fazem anotações pouco legíveis ou lacônicas, tentando confundir o próprio empregado ou reduzir a validade legal dos fatos anotados.

O senador procura inserir a exigência na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para facilitar a vida dos trabalhadores, principalmente quando eles têm de fazer alguma comprovação na Justiça Trabalhista ou na Previdência Social. João Alberto afirma que algumas pequenas empresas "chegam a desaparecer sem deixar rastros".

Por lei, as anotações exigidas pelo novo projeto devem estar disponíveis no livro de registro de empregados, mas existem algumas atividades em que tal anotação formal não é obrigatória "e sempre há a possibilidade de descumprimento dessa exigência", diz o senador.

Regras para a reprodução assistida em exame na CAS

Pauta da comissão trata também da oferta de assistência farmacêutica pelos planos de saúde, estímulo à pesca e mudanças no Fundef

A regulamentação de técnicas de reprodução assistida e a oferta de assistência farmacêutica pelos planos privados de saúde deverão ser examinadas, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Além desses assuntos, constam da pauta da reunião do colegiado, marcada para esta quinta-feira, às 10h, propostas sobre mudanças na gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e sobre medidas de proteção e estímulo à pesca.

A ser submetido a votação em turno suplementar, o substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) ao projeto que normatiza a reprodução assistida incorporou, total ou parcialmente, quatro das dez emendas oferecidas após a aprovação do texto em turno único. O relator acolheu integralmente, por exemplo, duas emendas do ex-se-



Tião Viana apresentou substitutivo à proposta sobre reprodução assistida

nador Geraldo Althoff que dispensam a exigência de congelamento de óvulos nesta técnica.

De forma parcial, agregou ao substitutivo duas emendas conjuntas dos ex-senadores Lúcio Alcântara, autor da proposição, e Roberto Requião. Enquanto uma dispõe sobre a tipificação e a fixação de penas para atos criminosos na manipulação de embriões humanos, a outra impede seu uso

na prevenção ou tratamento de doenças genéticas ou hereditárias, sob o argumento de que tal permissão poderia servir de pretexto à prática de eugenia (melhoramento de genes com vistas à criação de uma raça superior).

MEDICAMENTOS

Ainda na área de saúde, a CAS deve votar outro parecer favorável de Tião Viana a projeto do ex-senador Sebastião Rocha que faculta a oferta de planos segmentados de assistência farmacêutica. O projeto permite aos planos e seguros de saúde incluir na cobertura oferecida aos usuários o fornecimento de medicamentos. Trata, também, do reembolso das despesas dos pacientes com remédios.

Três projetos que estabelecem mudanças no Fundef foram condensados em substitutivo de Leomar Quintanilha (PFL-TO) a ser examinado pela comissão.

Prática segue normas do Conselho de Medicina

As técnicas de reprodução assistida (RA) auxiliam na solução dos problemas de infertilidade humana. Elas representam um dos principais avanços da ciência no século passado. As técnicas mais conhecidas são inseminação intra-uterina, quando o espermatozóide é depositado diretamente na cavidade uterina da futura mãe, e fertilização *in vitro*, quando o óvulo se fertiliza com os espermatozóides fora do corpo e os embriões for-

mados são transferidos para o útero.

Ainda dependendo de norma regulamentadora específica, a reprodução assistida no Brasil obedece a resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e a diretrizes gerais da Constituição. Cerca de 6 mil mulheres brasileiras recorrem anualmente à reprodução assistida.

Fonte: Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida (SBRA).

Festival de cinema pode ter benefício fiscal

A Comissão de Educação (CE) deve votar amanhã, em turno suplementar, substitutivo do ex-senador Ricardo Santos a projeto de lei do ex-senador Lúcio Alcântara que estende os benefícios fiscais da Lei Rouanet a mostras e festivais audiovisuais. Essa lei faculta às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto de Renda (IR), na forma de doações e patrocínios, a projetos de natureza cultural, mas não beneficia aquelas mostras e festivais.

Alcântara argumenta, na justificativa do projeto, que os festivais e mostras constituem, muitas vezes, o único canal de difusão da produção nacional de filmes para a população periférica dos grandes centros

urbanos e para os moradores das cidades de menor porte.

A Lei Rouanet, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), estipula que os contribuintes poderão deduzir do IR devido as quantias despendidas em artes cênicas, livros de valor artístico, literário ou humanístico, música erudita ou instrumental, circulação de exposições de artes plásticas, doações de acervos para bibliotecas públicas e museus, produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual.



Aelton Freitas é a favor do nome de Tamandaré no Livro dos Heróis

Também em turno suplementar, a comissão vota substitutivo do ex-senador Casildo Maldaner a projeto que inclui a disciplina Noções de Cidadania no currículo do ensino fundamental e do ensino médio. A pauta da Co-

missão de Educação inclui ainda proposta relatada favoravelmente pelo senador Aelton Freitas (PL-MG) que inscreve o nome de Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, no Livro dos Heróis da Pátria, além de 17 projetos autorizando serviços de radiodifusão.

Assessores conhecem veículos de comunicação

Chefes de gabinete e assessores de imprensa dos senadores participam hoje de apresentação dos diretores da Secs e dos órgãos que formam a secretaria: agência, jornal, TV, rádio, relações públicas, divulgação e integração

Os diretores dos órgãos que compõem a Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secs) vão expor hoje aos chefes de gabinete e assessores de imprensa dos senadores o sistema de funcionamento desse serviço na Casa. Os veículos da Secs são Agência Senado, *Jornal do Senado*, TV Senado e Rádio Senado, bem como as Subsecretarias de Projetos Especiais, Relações Públicas, Divulgação e Integração. Armando Rollemberg, diretor da Secs, também participará do encontro.

A Agência Senado produz matérias jornalísticas com a cobertura dos trabalhos da Casa e divulga essas informações em página na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agenzia. As matérias são também utilizadas para a edição do *Jornal do Senado*. A tiragem do jornal é superior a 65 mil exemplares, e o periódico é distribuído em mais de 5 mil municípios. Também assinam o jornal todas as câmaras municipais, assembleias legislativas, tribunais, 3 mil entidades de classe e 4,3 mil órgãos de comunicação. O endereço do jornal na internet é www.senado.gov.br/jornal.

A TV Senado transmite sessões plenárias e reuniões de comissões, entrevistas com senadores e atividades do presidente da

Casa. O sinal da TV cobre todo o território nacional, podendo ser sintonizado em TV a cabo, TV por assinatura do sistema DTH, antenas parabólicas e em sinal aberto UHF, este somente em Brasília.

O arquivo da TV tem um acervo de mais de 9 mil fitas, funcionando como agência de notícias, cedendo imagens da cobertura da



Pela Internet são divulgadas, em tempo real, matérias produzidas pela Agência Senado

Senado. O endereço na Internet é www.senado.gov.br/tv.

A Rádio Senado – com endereço www.senado.gov.br/radio – divulga atividades da Casa, entrevistas, além de programas musicais e especiais. Fazem ainda parte da Secs a Subsecretaria de Divulgação e Integração, com serviço de assessoria de imprensa; a Subsecretaria de Projetos Especiais; e a Subsecretaria de Relações Públicas, com serviço 0800 para contato entre o cidadão e o Senado, além de organizar a recepção de convidados e dar apoio ao cerimonial.

Conselho debate hoje radiodifusão comunitária

O Conselho de Comunicação Social (CCS) se reúne hoje para debater, entre outras questões, a radiodifusão comunitária. A discussão do tema está marcada para a segunda parte da reunião, às 14h, e contará com a exposição de Eugênio de Oliveira Fraga, secretário de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações. No primeiro momento do encontro, às 11h, serão apresentadas questões de ordem administrativa e, no terceiro, às 16h, os conselheiros farão suas comunicações.

É a segunda vez que os conse-

lheiros do CCS se reúnem neste ano. Na primeira, ocorrida em 17 de fevereiro, foi aprovado parecer do conselheiro Paulo Carvalho de Machado Neto pela rejeição da proposta de criação da TV do Tribunal de Contas da União.

Também na primeira reunião foi extinta a comissão do CCS organizada para analisar a medida provisória que tratava do capital estrangeiro nas empresas jornalísticas. Hoje o conselho mantém três comissões: a de Regionalização da Programação, a de Introdução da Tecnologia Digital e a de Radiodifusão Comunitária.

Marco Maciel homenageia a memória de Cícero Dias

O senador Marco Maciel (PFL-PE) lamentou a morte, no final de janeiro deste ano, em Paris, do artista plástico pernambucano Cícero Dias, aos 95 anos de idade. O parlamentar destacou a brasilidade da pintura de Cícero Dias, que, segundo lembrou, registrava aspectos significativos da diversidade e riqueza cultural do Brasil e alcançou grande projeção nacional e internacional por sua criativa obra de vanguarda.

Maciel contou que Cícero Dias não participou da Semana de Arte Moderna de 1922, mas os críticos de arte o consideraram como o último artista do modernismo brasileiro. O pintor foi o autor do primeiro painel abstrato da América do Sul, em meados do século passado, no prédio modernista da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, construído na gestão de José

do Rego Maciel – pai do senador.

Apesar de Cícero Dias haver optado por residir na França desde 1937, o pintor conseguiu, segundo o senador, expressar com genialidade os valores e as raízes culturais brasileiras. Entre os temas que pintava, estavam as danças típicas, como o maracatu e o bumba-meu-boi, além das festas religiosas, mitologias indígenas e africanas misturadas com o cristianismo.

– Cícero Dias foi um modelo de cidadão e também, por que não dizer, de político, na medida em que a política é, sobretudo, a arte por meio da qual se busca a liberdade, a tolerância e a paz, valores que devem constituir patrimônio de toda a humanidade – destacou o senador.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR), que também é pernambu-



Artista foi considerado o último modernista brasileiro, lembra Marco Maciel

cano, associou-se à homenagem ao pintor, afirmando que Marco Maciel verbalizava a admiração do Senado pelo trabalho de Cícero Dias. Para Jucá, o artista “foi e é um patrimônio nacional e representou o Brasil no exterior de forma excepcional”. Pedro Simon (PMDB-RS) também compartilhou sua admiração pela obra do pintor. Aproveitou para manifestar sua alegria pela volta de Marco Maciel às tribunas do Senado, ressaltando sua dignidade e criação.

Paim quer comissão sobre livros didáticos

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), ocupou a tribuna na sexta-feira para apresentar projeto de sua autoria que cria a Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático. O órgão terá por atribuição examinar o material destinado às es-



Projeto de Paulo Paim altera Lei de Diretrizes e Bases da Educação

colas públicas e privadas de ensino básico para verificar se nele são veiculadas informações com qualquer forma de discriminação ou preconceito em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual.

De acordo com o projeto, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a comissão será formada por representantes dos órgãos federais encarregados das áreas de educação, cultura, direitos humanos e de minorias e cidadania; dos sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; de entidades da sociedade civil e

personalidades das áreas de defesa dos direitos humanos e das minorias; e de especialistas de notório saber nas áreas de História, Sociologia e Antropologia.

O senador anunciou outra proposição que está apresentando ao Senado com o objetivo de enquadrar os responsáveis pela produção de material didático com conteúdo discriminatório nos crimes imprescritíveis e inafiançáveis, com pena de detenção de três a cinco anos.

Paim lembrou o debate em torno da denúncia que fez e que provocou a retirada de circulação do livro didático *Banzo, Tronco e Senzala*, pelo conteúdo discriminatório e preconceituoso contra a raça negra existente na obra. E disse que, depois de comemorar o final feliz para a cultura e a história brasileiras que a denúncia teve, decidiu apresentar projeto de lei para tornar obrigatório o controle de qualidade dos livros

didáticos editados no Brasil.

– A educação é o coração da vida de um povo. Os livros vão dar a formação daqueles que irão dirigir este país – afirmou.

PREVIDÊNCIA

Paim também convidou senadores para o debate sobre a reforma da Previdência que será realizado amanhã no Plenário, com o ministro da área. O parlamentar comunicou que no próximo dia 27 ocorrerá o encontro com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para um debate sobre a conjuntura econômica, as propostas do governo para o crescimento, o emprego e a política de exportações.

Paim considerou importante a decisão da Mesa e das lideranças partidárias de promover encontros semanais entre os senadores e os ministros. Ele voltou a defender o entendimento de que a reforma tributária deve ser a primeira a ser feita e disse ter muita esperança no governo Lula.

– Acho que é cedo para o nível de cobrança que o governo Lula vem recebendo. Neste ano, temos condições de colocar a casa em dia – finalizou.

Efraim critica Graziano por atribuir violência a nordestino

O senador Efraim Morais (PFL-PB) condenou na sexta-feira, em Plenário, a “infeliz frase” do ministro da Segurança Alimentar e do Combate à Fome, José Graziano, segundo a qual os paulistas permanecerão “andando de carro blindado” enquanto os nordestinos continuarem a migrar para a cidade. Para ele, a violência das grandes cidades brasileiras “não é obra dos migrantes pobres, nordestinos ou não”.

— Nossa violência urbana é o resultado de uma conjunção de fatores, que passa pelo agravamento da crise social, mas encontra no narcotráfico o seu foco preciso e perverso — observou.

Efraim Morais sustentou que o Nordeste “não é produtor de drogas” e são os narcotraficantes que vêm “obrigando as elites do Sul maravilha a andar de carros blindados e a pedir o Exército nas ruas”.

Para sustentar sua posição a favor dos nordestinos, Efraim Morais



Efraim cita estudo sobre a origem dos presos em São Paulo

citou estudo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), segundo o qual “cerca de 80% dos presidiários de São Paulo são originários das regiões Sul e Sudeste”. O estudo — afirmou — mostra que menos de 20% dos presidiários são nordestinos.

— Se insisto em abordar a frase do ministro Graziano, não o faço por um impulso sádico, para criticá-lo mais do que já o foi. Faço-o pela relevância que o tema tem — disse.

O senador considera necessário condenar qualquer discriminação, lembrando que há poucos dias o senador Paulo Paim (PT-RS) denunciou um livro didático por induzir ao racismo.

Efraim Morais destacou que o ministro José Graziano “escapou por pouco” de uma censura pública nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) do Senado por conta de sua “indigitada frase”.

Simon defende ministro e propõe ajuda ao governo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu o governo, na sexta-feira, das críticas que tem sofrido dos jornais e dos próprios senadores de oposição, em especial as dirigidas ao ministro da Segurança Alimentar e do Combate à Fome, José Graziano.



Pedro Simon afirma que situação herdada por Lula é grave

— Acho que o presidente do Congresso, senador José Sarney, deveria reunir os líderes de todos os partidos e propor a discussão de formas a ajudar o governo, porque a situação herdada é grave — sugeriu.

Simon criticou o jornal *O Estado de S. Paulo*, que, ao publicar um balanço do governo Lula, fez avaliação positiva apenas dos ministros oriundos dos setores que ele apontou como conservadores, como os da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A avaliação negativa, prosseguiu, foi apenas para os ministros oriundos do sindicalismo ou historicamente ligados ao PT. “Não me parece uma avaliação correta”, afirmou Simon.

O senador defendeu o ministro José Graziano, criticado por frase na qual teria atribuído à migração de nordestinos parte da violência de São Paulo. Simon acha que seria injusto demitir o ministro pela frase ou pelas dificuldades de execução do programa Fome Zero.

— Ele foi infeliz, sim, foi uma frase impensada. Mas teve mesmo a intenção de atingir os brasileiros do Nordeste? Claro que não. Quem de nós não foi infeliz alguma vez na vida? — questionou.

Em aparte, o senador Efraim Morais (PFL-PB) explicou que o que se tem feito é apenas analisar a atuação do governo, pois, segundo ele, vai mal. O senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou Simon pela coerência. O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) disse que Simon é um orador tão brilhante que, se pedisse a demissão de Graziano, o ministro seria demitido. “Ainda bem que veio aqui defender Graziano”, comentou.

Amaral sugere usar concreto ou asfalto ecológico em estradas

Senador diz que mudança no material utilizado para pavimentação pode aumentar durabilidade, reduzir manutenção e proteger meio ambiente

Preocupado com os seguidos aumentos nos preços do petróleo, que oneram o custo de construção e reparo das rodovias, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) sugeriu ao governo federal a utilização de concreto para a pavimentação das novas estradas ou o emprego do asfalto ecológico, que tem como matéria-prima pó de borracha de pneus usados.

Segundo o senador, a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) garante que o concreto tem maior durabilidade e requer pouca manutenção, quando comparado ao asfalto. Sua utilização é indicada para estradas com intenso tráfego de veículos pesados, como o rodanel de São Paulo, a rodovia Castelo Branco (SP), a Via Dutra (RJ-SP) e a Rodovia dos Imigrantes (São Paulo-Santos).



Amaral lembra que concreto já é empregado no Brasil e pode ter uso intensificado

Valmir Amaral lembrou que a tecnologia do uso do concreto vem sendo adotada no Brasil desde as primeiras décadas do século passado. A rodovia Caminho do Mar, conhecida como Estrada Velha de Santos, construída em 1926, foi feita com cimento. “Não só rodovias, como as principais avenidas das capitais, construídas antes da década

de 50, eram de concreto”, disse. ADERÊNCIA

Já o emprego do chamado asfalto ecológico, elaborado a partir de uma base composta do pó da borracha de pneus usados, vem sendo objeto de uma experiência no Rio Grande do Sul. A Univias, uma concessionária gaúcha, segundo informou o senador, está pavimentando cerca de 15 quilômetros com esse material e deve estender seu uso a outros trechos de rodovias.

As vantagens do asfalto ecológico, explicou o senador, são a maior capacidade de aderência e a menor ocorrência de trincas e fissuras, além de colocar um fim na incineração incorreta de pneus, que polui a atmosfera, e no depósito em ferro-velho, que serve de ambiente de reprodução para o mosquito da dengue.

Serys pede recuperação de BRs em Mato Grosso

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) cobrou na sexta-feira uma atitude mais efetiva do governo na restauração das rodovias BR-070, BR-185, BR-163 e BR-364, que cortam o estado de Mato Grosso. A senadora informou que essas estradas se encontram há mais de 20 anos sem conservação e que isso prejudica o escoamento da safra de grãos.

A situação é mais grave neste mês, explicou a senadora, porque o estado está no período de “arranca-safra”, época em que milhares de caminhões rumam das plantações para os pontos de escoamento dos portos do Sudeste e do Sul. Ela destacou que Mato Grosso é o maior produtor de soja do mundo, um dos



Serys Slhessarenko anuncia entrega do Diploma Bertha Lutz no dia 27 de março

maiores de algodão e que sua bovinocultura cresce continuamente.

Na opinião de Serys, é preciso ainda um esforço “gigantesco” para concluir a BR-163, que liga o Pará a Mato Grosso. Isso permitiria que a produção mato-grossense fosse escoada também pelo Pará.

BERTHA LUTZ

Serys comunicou ao Plenário que o Diploma Bertha Lutz Mulher-Cidadã será entregue no dia 27 de março em sessão do Senado. O diploma é concedido anualmente a cinco personalidades femininas que tenham contribuído para a defesa dos direitos da mulher. No dia 18 serão divulgadas as cinco agraciadas, escolhidas entre as portadoras de 32 currículos em análise pelo Conselho da Mulher-Cidadã Bertha Lutz. “É uma seleção difícil”, disse.

O conselho tem como presidente a própria Serys e como vice o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC).

Quintanilha: Belém-Brasília precisa de socorro

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) fez um apelo ao ministro dos Transportes, Anderson Adauto, por socorro emergencial à rodovia BR-153, mais conhecida como Belém-Brasília. Quintanilha pediu especial atenção para o trecho que vai de Miranorte, no Tocantins, a Estreito, no Maranhão.

Segundo o senador, a rodovia, que foi construída há mais de 20 anos para interligar a Região Norte



Quintanilha faz apelo ao ministro dos Transportes

ao Centro-Oeste e ao Sul, nunca teve manutenção adequada. Além disso, enfrenta um tráfego muito mais pesado do que o planejado. A situação se agrava, explicou, nesta época do ano, em que chove mais.

— Faço um apelo ao ministro. Sei de suas dificuldades para lidar com mais de 55 mil quilômetros de estradas, quase todos mal conservados, mas termine pelo menos um emergen-

cial tapa-buracos, para evitar mais prejuízos de cargas e vidas — frisou.

Em aparte, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) disse que a Belém-Brasília é um orgulho para quem vive na Região Centro-Oeste e que a rodovia é indutora de desenvolvimento. “Não podemos deixar que a rodovia que leva desenvolvimento a toda uma região fique abandonada”, afirmou. O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) disse ter certeza que o ministro dos Transportes vai atender ao pedido, que não é só dos senadores, mas das populações dos estados que dependem da rodovia.

Projeto amplia verbas para Seguridade Social

Comissão de Assuntos Econômicos deve examinar proposta determinando que rendimentos dos recursos do Tesouro Nacional originários das contribuições da Seguridade sejam reaplicados no setor

Projeto de lei complementar do senador Paulo Octávio (PFL-DF), já distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), determina que os rendimentos dos recursos do Tesouro Nacional, originários das contribuições relacionadas à Seguridade Social, sejam aplicados em ações na área de saúde, previdência e assistência social.

— Para atender a um leque de direitos tão abrangentes, o poder público enfrenta problemas devido à escassez de recursos e às enormes necessidades da sociedade. Historicamente, os recursos alocados para a Seguridade têm se mostrado insuficientes para atender às crescentes demandas — afirmou Paulo Octávio em discurso em Plenário na sexta-feira.

Pela forma como o Orçamento é organizado, Paulo Octávio não



Paulo Octávio: vinculação das receitas às despesas da Seguridade Social no Orçamento

discriminou a parcela dos recursos destinados à Seguridade e, portanto, a remuneração equivalente. Porém, ele estima que somente a Previdência e a Assistência Social somem 30% do Orçamento. Então, observou, 30% da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional são de-

rivados dos recursos de fontes ligadas a essa parte da Seguridade Social:

— O projeto tem o objetivo de estabelecer uma vinculação entre os recursos que remuneram as disponibilidades do Tesouro Nacional, para que os recursos de fontes ligadas à Seguridade Social sejam aplicados obrigatoriamente nas despesas da Seguridade Social. Estamos falando de recursos de mais de R\$ 3 bilhões, somente em 2003, que indevidamente deixarão de ser aplicados nas áreas de saúde pública, previdência e assistência social, por conta de manobras contábeis, o que já foi apontado pelo Tribunal de Contas da União — declarou o senador, que ofereceu sua proposta como uma contribuição complementar ao esforço de reformar a Previdência.

Almeida Lima quer refinaria em Sergipe

O estado de Sergipe candidata-se a sediar uma refinaria de petróleo e, segundo afirmou na sexta-feira o senador Almeida Lima (PDT-SE), reúne as condições para isso.

Após observar que se encontrava “em estado de graça” com a notícia da descoberta

de uma grande reserva de petróleo no seu estado, o senador defendeu a instalação de uma segunda refinaria no Nordeste, o que, afirmou, facilitará a distribuição dos derivados, representará a repartição de investimentos por toda a região e reduzirá as desigualdades regionais existentes no país.

Segundo o parlamentar, Sergipe procura, cada vez mais, reunir as



Almeida Lima: Sergipe reúne condições para ter a nova refinaria

condições necessárias à instalação de uma refinaria, não apenas como produtor — situação melhorada com a notícia da recente descoberta —, mas por outras condições.

Ele informou que Sergipe tem área destinada à instalação de um pólo cloroquímico que é adequada para abrigar uma refinaria. Essa área dista dez quilômetros de um porto da Petrobras que está sendo operado pela Companhia Vale do Rio Doce; 30 quilômetros da produção marítima; 20 quilômetros de Aracaju; e dez quilômetros do gasoduto “que cobre todo o Nordeste”.

O senador destacou que Sergipe e a Região Nordeste não são ape-

nas produtores de petróleo, mas também consumidores, e que não se justificaria a instalação de nova refinaria no Sul ou no Sudeste, porque, das 12 refinarias existentes no país, controladas pela Petrobras, dez estão nessas duas regiões, uma no Nordeste e uma no Norte.

— Sergipe, assim como o Rio Grande do Norte, merecem o investimento porque se encontram numa região carecedora deles e por serem estados produtores de petróleo. Não é possível que se desconhecem as riquezas naturais desses estados, beneficiando outros que não as têm — afirmou.

Na próxima semana, segundo o parlamentar, o governador de Sergipe, João Alves Filho, encaminhará às autoridades federais reivindicação em favor da instalação da refinaria no estado.

Sudeste concentra 63% do refino no país

Atualmente, o Brasil tem um parque com 14 refinarias instaladas, sendo 12 pertencentes à Petrobras e duas privadas — Manguinhos (RJ) e Ipiranga (RS). O Sudeste responde, sozinho, por 63% do refino nacional. Em segundo lugar fica a Região Sul, com 21%. O Nordeste é

responsável por 14% e o Norte, por apenas 2% do refino.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, estudo feito no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso apontou para a necessidade de construção de mais três refinarias, a fim de reduzir a dependência de importa-

ção de derivados de petróleo, como gasolina e diesel. O motivo é que o consumo de derivados cresce mais do que a economia. Entre 1991 e 2001, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) subiu, em média, 2,7% ao ano, a demanda por derivados cresceu a uma taxa média de 4,3%.

Crivella diz que governo federal discrimina o Rio

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) cobrou do governo federal, na sexta-feira, maiores investimentos no Rio de Janeiro. Ele disse estranhar que, apesar de o estado ser o segundo maior arrecadador de impostos federais, tenha sido, durante os oito anos



Crivella defende construção de viaduto em Queimados

do governo Fernando Henrique Cardoso, o 14º a receber recursos da União para serem aplicados em obras, serviços de infra-estrutura e na área social.

— O Rio tem sido discriminado pelas autoridades federais — afirmou Marcelo Crivella, para quem o setor de transporte é o maior sacrificado. Como exemplo, informou que no governo passado a única realização de algumas estradas e da ponte Rio-Niterói. Enquanto isso, observou, São Paulo recebeu muitos recursos, destinados principalmente à duplicação de estradas.

Jucá pede ação rápida contra focos de incêndio em Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) pediu na sexta-feira providências urgentes do governo federal no sentido de ajudar no combate aos incêndios que devastam, neste momento, o estado de Roraima. Segundo ele, os governos estadual e dos municípios envolvidos estão trabalhando para apagar os focos, mas precisam de ajuda urgente dos Ministérios do Meio Ambiente e da Defesa. Em 1998, Roraima também foi vítima de um incêndio devastador que abalou sua economia. Foram necessários anos de esforços para recompor o ecossistema do estado. “Agora estamos vendo o mesmo filme”, lamentou.

Jucá lamentou que nada se tenha feito para mudar os hábitos de plantio nos campos de Roraima, onde o agricultor pobre não consegue alternativa à prática de queimar para plantar sobre as cinzas. “Se acres-

centarmos um período de seca prolongada e ventos mais fortes, a catástrofe se realiza”, explicou. Para Jucá, é preciso escolher um comando único no combate ao incêndio de Roraima porque, numa emergência, não cabem disputas entre órgãos ou “tergiversação sobre operações que são urgentes”. “Espero que o esforço (do governo federal) não seja do tipo ‘cabeças se batendo’, que vem caracterizando o Fome Zero”, destacou.

O ecossistema de Roraima é diferente daquele dos demais estados do Norte, com áreas de florestas, serras e campos naturais, em que a agricultura está sendo desenvolvida. “O incêndio começou, é claro, na região dos campos, mas já ameaça as florestas onde vivem os índios Yanomami”, ressaltou Romero Jucá, pedindo urgência nas providências federais.